

## **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**

*Luiz Carlos Mior*<sup>1</sup>

### **Introdução**

Pesquisadores de diversas tradições disciplinares têm sido desafiados para o desenvolvimento de instrumental teórico-metodológico adequado para o entendimento dos processos subjacentes a mudança dos espaços rurais. No centro das preocupações acadêmicas está a análise do processo de mudança rural a partir de uma perspectiva territorial e/ou multisetorial do desenvolvimento rural. A literatura encontra nas noções de distrito industrial de Marschal um ponto de apoio para analisar os processos de desenvolvimento rural. - Distrito agroindustrial na literatura italiana, sistema agroalimentar localizado de origem francesa, cluster, sistema produtivo local, arranjo produtivo local são outras noções recentes. Para o objetivo deste trabalho, no entanto, consideramos que uma das mais relevantes contribuições é a representada pela perspectiva teórico - metodológica das redes sociais e sócio-técnicas. O presente artigo tem por objetivo analisar o processo de mudança rural, em curso na região oeste catarinense, a partir da utilização da noção de redes procurando identificar os desafios para a construção de sustentabilidade no desenvolvimento territorial. Consideramos que a transformação em curso se constitui num importante processo para visualizar os limites e as possibilidades de mudança na relação da sociedade com os territórios rurais.

Na primeira parte deste trabalho apresentaremos, de forma sucinta, a noção de redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural e suas potencialidades para análise dos processos de desenvolvimento territorial. Na segunda apresenta-se uma breve caracterização do território Oeste Catarinense a partir da abordagem de redes. Na terceira parte identifica-se as possíveis convergências e conflitos nas relações entre a agricultura familiar, a agroindústria e o território e os subjacentes desafios para sustentabilidade do desenvolvimento territorial.

### **1. Redes de desenvolvimento rural**

A complexidade dos processos de mudança rural, sobretudo nos países desenvolvidos, contribuiu para a ampliação da importância da abordagem de redes de desenvolvimento rural nos anos 90. Marsden; Lowe; Whatmore (1990), argumentam que os processos de mudança rural não devem ser vistos como determinados unicamente pela forças presentes na globalização do sistema alimentar, e seu estudo deve incluir os processos de reestruturação rural que envolvem as dinâmicas sociais e econômicas regionais. Enquanto os processos globais seriam vistos como eminentemente verticais e setoriais, os processos de reestruturação rural estariam inseridos nas dinâmicas econômicas agrícolas e não agrícolas dos territórios locais e regionais. Lowe; Murdoch; Ward (1995), após análise da concepção exógena e endógena de desenvolvimento rural, seus alcances e limites, propõem a utilização da noção de redes. Estes autores enfatizam a necessidade de relacionar a dimensão espacial e a dimensão social levando em consideração as dimensões de poder. A forma como se dão as relações sociais entre os agentes locais e entre estes e os não locais seria mais importante que pertencer ou não a um dado território.

No trabalho de Murdoch (2000), o foco passa a ser o nível intermediário de redes. Neste nível estariam as redes que alcançam diretamente a agricultura e outros setores sócio-econômicos dos territórios rurais e configuram, assim, determinados padrões de articulação dos atores locais e não locais em processos de desenvolvimento. Este nível intermediário de redes seria, ainda segundo Murdoch (ibid), adequado

---

<sup>1</sup> Dr. em Ciências Humanas, Pesquisador do Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – CEPA/Epagri

tanto para a construção de estratégias alternativas de desenvolvimento rural como para sua interpretação. Teríamos dois principais conjuntos de redes interagindo nas regiões rurais: as redes verticais e as redes horizontais de desenvolvimento rural. O termo rede vertical refere-se à forma como a agricultura é incorporada em processos mais amplos de produção, transformação, distribuição e consumo de alimentos e matérias primas, dentro de uma abordagem setorial do desenvolvimento. Já o termo redes horizontais de desenvolvimento rural refere-se à incorporação da agricultura e dos territórios rurais em atividades que os atravessam e estão imersas nas economias locais e regionais, inclusive urbanas. As redes verticais e horizontais estão associadas à idéia de desenvolvimento setorial e territorial, respectivamente. Analisaremos como estas duas formas de redes rurais têm sido abordadas pela literatura, iniciando pelas redes verticais.

Os estudos das cadeias de commodities dentro da perspectiva marxista foram pioneiros na investigação dos processos de transformação industrial que ocorrem nas diversas etapas da cadeia alimentar: produção, processamento, distribuição e consumo final, e focavam sobre atores, conexões e alcance espacial (FRIDLAND et al, 1981; JANVRY, 1981). Segundo Murdoch, estes estudos teriam mostrado como as cadeias de commodities vêm tornando-se cada vez mais dominadas por grandes atores industriais enquanto os agricultores vêm perdendo poder e sendo excluídos do processo de produção. A dominação, pelo menos na Europa, estaria sob influência marcante da grande distribuição alimentar. Só nos últimos anos os estudos teriam focado, além dos problemas sociais, as conseqüências ambientais deste tipo de desenvolvimento.

Se as redes verticais foram tradicionalmente analisadas dentro de um recorte setorial, a partir da abordagem da cadeia de commodities, as redes horizontais têm sido abordadas, dentro de um recorte territorial, a partir da noção de redes sociais de inovação e de aprendizagem. Segundo Murdoch, nesse caso as estratégias de desenvolvimento rural são pensadas a partir do fortalecimento das atividades agrícolas e também das não agrícolas. A hipótese que norteia essas análises é a de que as regiões que têm uma história de sucesso são as que conseguem incorporar de forma inovativa elementos naturais e sociais nas novas estratégias de desenvolvimento econômico. A ênfase na inovação indica que as associações ou redes mais apropriadas não são apenas amálgamas de arranjos institucionais pré-existentes mas, sim, aquelas que habilitam novas formas de orquestrar o desenvolvimento econômico. Aquelas áreas rurais que mantêm uma reserva de formas econômicas baseadas na agricultura tradicional podem ser o melhor território para aproveitar as novas oportunidades econômicas. Deste modo, áreas que têm avançado nas rodadas de industrialização prévia – que eram baseadas na forte especialização rural e formas de padronização, dirigidas para as grandes empresas - podem não se beneficiar das novas condições econômicas (já que elas tendem a ser configuradas pelas cadeias de *commodities*).

Tal perspectiva questiona o entendimento do que constitui desenvolvimento rural, em particular na esfera agrícola, onde desenvolvimento tem sido igualado a intensa capitalização em direção às grandes unidades de produção e ao declínio do poder do trabalho. Agora o desenvolvimento adequado é aquele estabelecido pelas novas redes de inovação. Tais redes seriam mais facilmente construídas em áreas que conservaram uma estrutura industrial flexível baseada em um grande número de pequenas unidades de produção. Assim, a noção de rede recolocaria nosso entendimento do desenvolvimento e da distribuição espacial de recursos pensados como necessários para o sucesso econômico. Ainda, segundo Murdoch (2000), a abordagem de redes é útil porque ela possibilita integrar as questões do desenvolvimento, internas às áreas rurais, com problemas e oportunidades, que são externas. O termo rede permite ainda manter o interno e o externo juntos numa mesma estrutura de referência.

Ao investigar a pertinência do uso da abordagem de redes, Murdoch identifica a existência de três tipos de região associados com os tipos de redes. O primeiro tipo seria de regiões onde predominam cadeias de *commodities* específicas, com padrões de produção estandardizados, em que especialização e busca de economias de escala são as estratégias competitivas, ligadas à presença de grandes empresas voltadas a economia globalizada. A questão chave situa-se na capacidade de acompanhar as inovações

tecnológicas, geradas, no geral, fora da região. No outro extremo teríamos o segundo tipo de região, onde predominam estratégias competitivas ligadas à produção diversificada resultante da presença de redes de pequenas e médias empresas do setor agrícola e não agrícola. Nestas pequenas e médias empresas a questão chave é a promoção continuada de inovações, devido a sua capacidade de aprendizagem nos territórios regionais. O terceiro tipo seria o das regiões marginalizadas tanto pelas redes estandardizadas da produção especializada de *commodities*, como pela produção diversificada ligada a relações horizontalizadas de inovação e aprendizagem.

Murdoch (ibid) enfatiza que o paradigma de rede não deveria ser usado para sugerir apenas um modelo de desenvolvimento rural. Ao invés disto, o reconhecimento de que há diferentes tipos de redes interagindo de maneiras distintas com o conjunto de condições pré-existentes, implica que as estratégias adotadas pelas agências de desenvolvimento necessitam se ajustar às diferentes áreas rurais. Portanto, o termo rede varia em significado de acordo com o contexto de uso.

Já LOWE et al. (1995) enfatizam a necessidade de deixar de lado uma concepção normativa das redes como característica definidora de uma nova ordem organizacional, por dois conjuntos de motivos. Em primeiro lugar porque as redes não são novas e nem o mercado e as relações hierárquicas estão desaparecendo. A principal questão diz respeito a como essas instituições econômicas tradicionais podem ser recolocadas na abordagem de rede. Em segundo lugar é importante não fazer suposições a priori sobre a natureza das relações em rede. Assim, os problemas específicos de áreas rurais dadas devem ser avaliados dentro de seus contextos políticos e econômicos.

A evolução das cadeias agroalimentares tem sido de concentração de grandes empresas nos âmbitos nacional e internacional. Contudo, há outras posições que tem afirmado a necessidade de observar como estas redes verticais de produção e consumo de alimentos enfrentam problemas em seu processo de expansão, sendo que os resultados de suas estratégias podem ser diversos e contestados (WHATMORE; THORNE, 1997). Assim como torna-se necessário evitar o viés determinista presente naquelas abordagens, deve-se analisar como outras estratégias são assumidas por atores locais e regionais, num processo não necessariamente premeditado de construção de novas redes de desenvolvimento rural.

Para Ploeg et al (2000), o desenvolvimento rural é visto como um processo multinível, multifacetado e multiator enraizado em tradições históricas. Em todos estes níveis aparece uma série de respostas ao paradigma anterior de modernização. Dentre os níveis destacados pelos autores estão o das inter-relações globais entre agricultura e sociedade, o do novo modelo de desenvolvimento agrícola, o da propriedade individual do agricultor, o do espaço rural e seus atores sociais e econômicos e, finalmente, o nível das políticas e instituições.

## **2. Oeste Catarinense: um território emblemático para o estudo da mudança rural**

Tradicionalmente denomina-se de região Oeste ao território delimitado ao sul pelo estado do Rio Grande do Sul, ao norte pelo estado do Paraná, a oeste (província de Misiones - pela Argentina) e ao leste pela região do Planalto de Santa Catarina. O IBGE tem denominado esta unidade espacial de Mesorregião Oeste catarinense constituída de cinco pólos regionais. Ao todo são 118 municípios organizados em sete associações dentre as quais destaca-se a Amosc que vem procurando construir novas estratégias regionais. Mais recentemente o Governo do estado de Santa Catarina vem empreendendo um processo de descentralização com a constituição neste território de 10 Secretarias de Desenvolvimento Regional<sup>2</sup>. Uma descrição geral da região pode ser vista no quadro 1.

---

<sup>2</sup> O governo de Santa Catarina em 2003 criou 29 Secretarias de Estado de Desenvolvimento Regional. Em 2007 no seu segundo mandato o número chega a 36 secretarias.

### Quadro 1. Descrição geral da região Oeste catarinense

---

População	- A população total no ano de 2000 era de 1,06 milhão de habitantes sendo que 646 mil vivem no meio urbano (61%) e 414 mil no meio rural (39).
Recursos naturais	- Da área total de 27.484 km <sup>2</sup> a) 31,3 % da área são terras nobres para culturas anuais b) 25,7 % da área têm aptidão restrita para culturas anuais c) 41,5 % da área são considerados inaptas para culturas anuais <sup>3</sup> . d) 1,5 % da área é ocupada por rios, lâminas d'água e cidades
Agricultura	- A região produz mais de 50 % do VBP agrícola estadual. São cerca de 88 mil estabelecimentos rurais dentre os quais 95% de natureza familiar no ano de 1995/96. A estrutura agrária é permeada por pequenas áreas onde cerca de 95 % e 70 % dos estabelecimentos agropecuários possuem menos de 50 e 20 hectares respectivamente.
Indústria	- O <i>cluster</i> agroindustrial de carnes suínas e de aves é o maior do Brasil sendo também responsável pela maior parte das exportações e pela dinâmica econômica regional. Recentemente surgiram novas atividades como a indústria de leite além de um processo diversificação do setor industrial para o ramo metal mecânico e de móveis.
Emprego	- Cerca de 50 % da população economicamente ativa trabalha em atividades agropecuárias. Na atividade industrial os empregos estão no setor agroindustrial que é o de maior relevância na região.
Infraestrutura	- As rodovias federais e estaduais pavimentadas mas não possui uma ferrovia que lhe daria maiores possibilidades de escoar sua produção. A precária situação das estradas municipais e rurais dificulta o transporte de insumos e produtos agrícolas.
Educação	- O ensino superior cresceu com mais três universidades (UNOESC, UNOCHAPECÓ e CONTESTADO) o que possibilitou a ampliação dos cursos de graduação e pós-graduação.
Pesquisa agropecuária	- A região conta com um Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves da Embrapa e um Centro de Pesquisa para a Agricultura Familiar da Epagri.
Organizações	- Uma forte organização dos agricultores familiares se expressa num conjunto

---

<sup>3</sup> Apesar da inadequação para cultivos anuais, o solo da região possui uma boa fertilidade natural, o que explica em parte os bons níveis de produtividade alcançados. Todavia, o uso do solo fora de sua capacidade de uso tem provocado problema ambiental, como a erosão, entre outros

sociais de associações e sindicatos e movimento sociais. Destacam-se a Fetraf-Sul, o Movimento dos Sem Terra, além do movimento das Mulheres Agricultoras, dos jovens e dos atingidos por Barragens..

---

**Fonte:** Mior, 2005

### ***2.1 A região Oeste catarinense em números***

Como uma das seis mesorregiões que compõem o território de Santa Catarina, a região Oeste tem se destacado em termos agrícolas e agroindustriais. Com apenas 25% da superfície estadual, produz cerca de 50% do valor bruto da produção agrícola. Constitui-se ainda numa região com capacidade de produção de alimentos bem superior à demanda regional e estadual. Segundo Silvestro et al (2000), o mercado regional, por exemplo, absorve apenas 2,8% da produção agroindustrial de suínos e 17% da produção de leite e derivados. Situação que reflete a dependência ao consumo externo ligado à dinâmica econômica nacional e internacional. O contexto de integração da região ao mercado internacional, por sua vez, transforma este território num espaço emblemático para estudo das inter-relações entre as tendências globais e as mudanças locais. Ou ainda, de como se dá a transformação local em face de sua integração às dinâmicas gerais presentes no processo de globalização da agricultura e do sistema alimentar (ver quadro 1).

A concentração produtiva demarca a região como um território eminentemente agrícola. Sua economia é profundamente dependente das atividades agrícolas e agroindustriais, com poucas oportunidades de empregos em outros setores. Esta situação vem associada à presença ainda significativa da população rural que, segundo dados do censo de 1991 era de 50%, e em 2000 chegava a 39 % da população total (ver quadro 1).

Em apenas algumas décadas construiu-se uma história de riqueza em que a região demarcou seu espaço no cenário econômico nacional e internacional, notadamente através da agropecuária e da agroindústria (Testa et al, 1996). A região abriga o maior complexo de produção, abate e transformação de carne suína e de aves do Brasil e América Latina, sendo o espaço privilegiado de atuação das grandes empresas agroalimentares. Sadia, Perdigão, Seara, Chapecó tiveram origem nesta região ainda nos anos 1940 e, mais recentemente, foi constituída a Cooperativa Aurora (anos 70). A região se notabilizou por ser pioneira no estabelecimento de um bem sucedido sistema de integração agroindustrial entre grandes agroindústrias e a agricultura familiar, constituindo-se em objeto de interesse teórico desde os anos 80 (SORJ et al, 1982; SORJ; WILKINSON, 1983; GRAZIANO DA SILVA et al, 1983; CAMPOS, 1987 e BELATTO, 1985)

Este modelo seria o responsável tanto pelo sucesso econômico regional como pelos crescentes problemas socioeconômicos e ambientais ressaltados pela crise vivenciada nos anos 90. Pólo de inovação tecnológica na área de produção e industrialização de suínos e aves, berço das maiores empresas do setor carnes e derivados do Brasil, modelo de articulação que possibilita a incorporação socioeconômica da produção familiar, são resultados ressaltados como positivos. Concentração econômica regional, exclusão dos pequenos produtores familiares da produção de suínos, poluição das águas pelos dejetos suínos, êxodo rural e regional, principalmente dos mais jovens, entre outros, são apresentados como os resultados menos nobres do modelo de agroindustrialização da região.

Até o início dos anos 80 pode-se afirmar que existia um padrão bastante homogêneo de desenvolvimento rural e regional. A maioria dos agricultores familiares estava integrada ao mercado, sobretudo, através da produção de suínos cujo processo produtivo estava, em sua maior parte, sob seu controle. O agricultor gozava de uma relativa autonomia no processo decisório, já que podia organizar seu processo de trabalho e produção com base na disponibilidade interna de fatores. A forma de organização da produção familiar sofre mudanças a partir de sua integração agroindustrial (Sorj & Wilkinson (1983). Neste período os problemas ambientais com dejetos suínos não eram tão evidentes já que não eram tão concentrados. O equilíbrio entre produção agrícola familiar diversificada,

agroindústria e território passa a sofrer forte transformação.

As mudanças tecnológicas e organizacionais introduzidas na produção suinícola começam a minar a tradicional forma de inserção da produção familiar, com maior especialização e concentração da produção. Estas transformações ocasionam a exclusão de significativo número de suinocultores familiares. De um total de cerca de 67 mil suinocultores no ano de 1980, restaram cerca de 20 mil em 1995 (TESTA et al 1996). Para se ter uma idéia da relevância destes números basta dizer que a região Oeste Catarinense abrigava cerca de 80 mil agricultores, segundo o censo de 1980. Neste período emergem os problemas ambientais decorrentes da produção intensiva de suínos, que começam a ganhar relevância na mídia e na sociedade (GUIVANT, 1998; GUIVANT; MIRANDA, 1999).

A partir deste processo, os produtores excluídos da atividade de produção de suínos passam a buscar outras atividades produtivas como o incremento da produção de fumo, a forte expansão da produção de leite e a agregação de valor via estratégias de agroindustrialização. A região Oeste passa a ser a principal região produtora de Santa Catarina, incorporando produtores, produtividade, e viabilizando novas agroindústrias de pequeno, médio e grande porte <sup>4</sup>.

## ***2.2 O Oeste catarinense visto através das redes***

O processo de reestruturação agroindustrial ou mudança rural em curso na região Oeste catarinense assume características complexas. Neste contexto a abordagem da economia política da globalização pode não ser suficiente para a obtenção de respostas razoáveis à situação de transição regional em curso. De acordo com tal abordagem, o destino da agricultura e seus respectivos espaços rurais seriam determinados por processos macro como o da globalização da economia e do sistema alimentar. Da mesma forma, atribuir um alto nível de autonomia da agricultura e seus territórios rurais locais/regionais como reivindica a abordagem da re-localização e diversidade, pode nos fazer sucumbir ao utopismo.

A presença de poderosas empresas agroindustriais, profundamente ligadas à dinâmica dos circuitos globalizados de produção e consumo corresponderia a uma típica rede vertical de desenvolvimento rural nos termos de Murdoch (2000). Exemplos destas trajetórias podem ser vistos na internacionalização de empresas como a Sadia, Seara, Perdigão. Neste contexto o agricultor passaria a ter, principalmente, um papel como produtor especializado de mercadorias preso a mercados distantes. Outro subconjunto destas redes verticais seria o formado pelo conglomerado agroindustrial representado pelo setor cooperativo <sup>5</sup>. Estas cooperativas constroem uma rede própria de produção, processamento, industrialização e distribuição de carne suína e de aves. Embora abranja uma ampla gama de estruturas sociais nos marcos das cooperativas filiadas, sua inserção econômica se dá na mesma lógica de mercado da agroindústria convencional, isto é, aposta na economia de escala e na especialização como estratégia de organização da produção e industrialização. Evidentemente as escalas preconizadas pelo sistema agroindustrial cooperativo são menores que as da agroindústria convencional.

A emergência, nos anos 90, de uma miríade de iniciativas de agregação de valor protagonizadas por um diversificado conjunto de atores locais e regionais sinaliza para um novo momento no processo de

---

4 A produção de leite na região Oeste catarinense já representa mais de 60 % da produção do Estado de Santa Catarina. A taxa de crescimento dos últimos anos tem estado próxima aos 20% ao ano.

5 A Cooperativa Central Oeste Catarinense, por exemplo, é formada por cerca de 15 Cooperativas filiadas e mais de 40 mil agricultores associados.

desenvolvimento regional. Estas iniciativas tomadas por Associações de Municípios, Associação de Pequenos Agricultores, Cooperativas de Assentamentos de Reforma agrária podem ser vistas como parte de um processo de construção de redes horizontais de desenvolvimento rural.

É neste contexto que surgem novas políticas de apoio à agricultura familiar, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)<sup>6</sup> e é revisada a legislação que regulamente a agroindústria artesanal. São fatores que contribuem para a construção de um novo ambiente institucional e organizacional dos empreendimentos de agregação de valor dos agricultores familiares. Explorar o contexto da mudança agroindustrial na região Oeste catarinense exige, portanto, uma análise do inter-relacionamento entre as estratégias de ação destes agentes nas diversas escalas espaciais. Na região co-existem agroindústrias convencionais que estão ligadas ao mercado europeu de carnes (com a tendência pós-fordista) e, ao mesmo tempo, ao mercado brasileiro, que estaria em transição. Existe ainda uma série de agroindústrias de pequeno porte ligadas à produção de derivados de leite (queijos, iogurte, requeijão) voltada para mercados de nicho (produtos coloniais e artesanais) mas também para o mercado tradicional de commodities, como é o caso de queijo para pizzarias (WILKINSON; MIOR 1999).

O importante a assinalar aqui é que recursos menosprezados pelo modelo de modernização agrícola, como a cultura e o saber fazer local, passaram a ser vistos como cruciais para a emergência de novas redes de produção e consumo alimentares. E, ainda, a consolidação destas novas redes de produção repousa sobre a capacidade organizacional e institucional local que tem sido atribuída à evolução do capital social existente no território (OCDE, apud MURDOCH, 2000). Portanto, na região Oeste existe um processo de estandartização da produção e dos mercados consumidores, promovida pela grande agroindústria convencional, assim como um processo de re-valorização da diversidade ecológica e sócio-cultural promovido por outros atores regionais. A constituição destas agroindústrias familiares torna-se um importante processo de transformação territorial como veremos a seguir.

### ***2.3 O surgimento das agroindústrias familiares rurais***

A atividade de processamento de alimentos nas propriedades dos agricultores se constitui numa importante estratégia da agricultura familiar de Santa Catarina. Em 1996, segundo dados do Censo do IBGE, mais de 80% do valor da produção da indústria rural foi produzido por estabelecimentos agropecuários com menos de 50 hectares. No caso do processamento do leite, dos 59 mil produtores de queijo e requeijão, havia, em 1995, mais de 21 mil que comercializavam estes derivados.<sup>7</sup> Neste mesmo ano, cerca de 33 mil produtores produziam queijo e/ou requeijão e cerca de 11 mil produziam melado a partir da cana-de-açúcar.

A constituição de agroindústrias rurais pode ser vista como um processo de reconfiguração de recursos (produto colonial) promovido pela agricultura familiar em conjunto com suas organizações associativas e com o apoio do poder público. De um produto conservado para a subsistência (valor de uso) da família rural, para consumo na entressafra, o produto colonial processado passa a ser visto pelos

---

6 O PRONAF foi lançado em 1995 pela Secretaria de Desenvolvimento Rural do Ministério da Agricultura com o objetivo geral de propiciar condições para o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores familiares (Governo Federal, 1996). O programa tem as seguintes linhas de atuação: negociação de políticas públicas com órgãos setoriais; financiamento de infra-estrutura e serviços nos municípios; financiamento da agricultura familiar; capacitação e profissionalização de agricultores familiares.

7 O IBGE não divulgou o número de agricultores que comercializavam produtos por região, o que impede a análise quantitativa da participação do Oeste na comercialização da produção da indústria rural no estado de Santa Catarina. Mesmo assim, pode-se afirmar que a participação da indústria rural dos agricultores familiares ainda é muito grande na região Oeste

agricultores como um produto comercial com um valor de troca e, portanto, como fonte de renda da unidade de produção familiar.

A agroindústria familiar rural é uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo, a produção de valor de troca que se realiza na comercialização. Enquanto isso, a atividade de processamento de alimentos e matérias primas visa prioritariamente a produção de valor de uso que se realiza no auto-consumo (Mior, 2005). Outros aspectos também caracterizam a agroindústria familiar rural tais como: a localização no meio rural; a utilização de máquinas e equipamentos e escalas menores; procedência própria da matéria-prima em sua maior parte, ou de vizinhos; processos artesanais próprios, assim como predominância da mão-de-obra familiar. Pode ainda vir a ser um empreendimento associativo, reunindo uma ou várias famílias aparentadas ou não. Outra dimensão importante é que a agroindústria familiar está crescentemente internalizando os aspectos legais, tanto do ponto de vista sanitário como ambiental e fiscal, perante os organismos de regulação pública.

#### ***2.4 A expansão da agroindústria familiar e redes de desenvolvimento rural***

O desenvolvimento da agroindústria familiar tem importantes desdobramentos no território. Ocorrem mudanças no âmbito interno da organização da unidade familiar de produção, no contexto mais amplo da organização da agricultura familiar, na diversificação econômica regional e no fortalecimento de sistemas agroecológicos de produção, entre outros aspectos, como veremos a seguir.

A esfera da produção da agroindústria familiar também reserva um lugar extremamente importante para as mulheres agricultoras. Conforme analisou Guivant (2001, 2003), a estratégia de agregação de valor freqüentemente vem associada à transformação de atividades anteriormente confinadas à cozinha da família rural. Deste território demarcado pela presença das mulheres agricultoras emergem as fontes de renda que passam a ser fundamentais para a agricultura familiar. Esta re-divisão interna de trabalho da família rural se transforma num dos principais trunfos para o sucesso da agroindústria familiar.

Uma consequência importante desde o ponto de vista do gênero, é que a participação da família em grupos produtivos, com ou sem atividades de agregação de valor, permite compartilhar o peso das tarefas agrícolas entre várias famílias. Isto ocasiona mudanças no cotidiano das agricultoras, podendo dividir também o cuidado dos filhos, de uma maneira que não poderiam fazer com seus maridos até então. E particularmente a agregação de valor dentro dos grupos abre para as mulheres agricultoras novas oportunidades no caminho de seu empoderamento: cursos de treinamento e capacitação, contato direto com consumidores nas feiras, e reforço na auto-estima com os elogios sobre seu trabalho que recebem dos compradores (MIOR; GUIVANT, 2005).

Do ponto de vista da agricultura familiar a região consolida sua trajetória organizativa constituindo novos agentes. Destacam-se o fortalecimento da Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste Catarinense (APACO)<sup>8</sup>, a constituição da Federação da Agricultura Familiar de Santa Catarina, cujo principal território de atuação é a região Oeste, e que em 2001 é transformada em Federação da Agricultura Familiar da Região Sul do Brasil (FETRAF-SUL), a Constituição de Cooperativas de Reforma Agrária e a Marca Terra Viva. Outros atores regionais como a Associação dos Municípios do

---

<sup>8</sup> A Apaco se propõe a “Ser um fórum de discussão política dos problemas relacionados com a pequena produção familiar e com grupos de Cooperação Agrícola; prestar assessoria técnica, política e administrativa aos grupos de cooperação agrícola associados; coordenar as atividades de comercialização conjunta dos grupos de cooperação agrícola associados”. Organiza-se a partir de grupos de cooperação nas comunidade rurais, passa por uma organização municipal e chega a estrutura da Associação. A partir de meados dos anos 90, passou a enfatizar a busca do desenvolvimento regional sustentável, através dos sete programas: gestão agrícola, tecnologias alternativas, cooperativismo de crédito, comercialização, assistência técnica, formação e comunicação e agroindustrialização (APACO, 1995).



Oeste Catarinense (AMOSC)<sup>9</sup>, num processo de internalização da problemática regional, assume posturas pró-ativas na construção e implementação de novas estratégias de desenvolvimento.

Estes novos atores regionais passam assim a discutir e a implementar estratégias de desenvolvimento territorial baseadas na agroindustrialização de base familiar. Além da mobilização das redes sociais, os agricultores familiares deram mais um passo ampliando a complexidade dos seus empreendimentos. Construíram formas de organização em rede das agroindústrias para servir de apoio em várias dimensões do processo de criação, desenvolvimento e consolidação dos empreendimentos. Visando entrar no mercado de produtos de qualidade diferenciada, surgem experiências de uso de marcas e selos coletivos como a Sabor Colonial (Apaco), Terra Viva (MST) e Castália (Amosc).

A agregação de valor do conjunto das agroindústrias familiares, em sua maior parte constituída em bases artesanais abrange uma grande diversidade de produtos como grãos (milho, ), mel, leite e derivados, conservas, derivados de cana-de-açúcar, doces e chimias derivados de frutas, sucos de frutas, chás, avicultura de corte e postura, derivados de carne suína. Esta característica pode ser mobilizada para contrabalançar, pelo menos em parte, a tendência a especialização dos sistemas convencionais de produção<sup>10</sup>

Enquanto boa parte da agroindústria convencional da região busca insumos e matérias primas externos à propriedade e região (milho e soja do Centro Oeste, por exemplo), a agroindústria familiar potencializa a utilização de insumos e matérias primas locais e regionais. A rede da UCAF, por exemplo, tem se pautado pelo desenvolvimento de sistemas produtivos agroecológicos. Assim são preconizados a produção de leite a base de pasto e o uso da homeopatia no tratamento dos animais. A produção de cana-de-açúcar se dá através da utilização de sistema agroecológico assim como a produção de frutas para a produção de doces e *chimias*. Na produção animal de suínos o sistema preconizado é o do sistema de produção ao ar livre em parte do processo produtivo de criação dos leitões.

A emergência de um conjunto de atividades de agregação de valor pautadas na agroindustrialização se constitui numa condição fundamental para a concretização de novas estratégias de organização do produtor nas respectivas cadeias de valor. Assim, agricultores passam a vivenciar novos relacionamentos com outros agentes da cadeia produtiva: fornecedores de insumos, processadores e distribuidores de alimentos e consumidores. É neste processo que se constroem novas redes sociais que poderão se constituir nos pilares para a consolidação de redes de aprendizagem e inovação. Estas, por sua vez, são os pilares para a orquestração, nas palavras de Murdoch, de processos de desenvolvimento rural em bases territoriais.

Uma análise da agroindústria rural evidencia, de uma maneira geral, a existência de trajetórias singulares de evolução diferente da percorrida pela grande agroindústria convencional. Assim, a forma

---

9 Criada para representar os interesses dos municípios perante outros órgãos do sistema federativo (Estado e União), a Amosc passou a incorporar outras atribuições, como foi o caso do assessoramento técnico aos municípios, através da prestação de serviços na área jurídica, da construção civil e contabilidade. Organizou o primeiro Fórum de Desenvolvimento Regional em Santa Catarina, em 1996, assim como, constituiu a primeira agência de desenvolvimento (Instituto Saga). Este instituto vem atuando no apoio ao desenvolvimento de iniciativas de agroindustrialização constituindo para isso uma marca coletiva chamada Castália que é disponibilizada aos agricultores juntamente com o Código de Barras.

10 A economia agrícola do estado de Santa Catarina, por exemplo, vem cada vez mais se tornando dependente de poucas atividades produtivas. A suinocultura, a avicultura e o fumo por exemplo contribuem cerca de 50% do valor bruto da produção agropecuária de Santa Catarina no ano de 2005 (Epagri/Cepa, 2007).

de produção da matéria-prima a ser processada (própria, local, natural e/ou ecológica), os insumos utilizados (naturais e/ou químicos), o tipo de produto e os processos de fabricação (colonial/artesanal), assim como o tipo de relacionamento (relações de confiança e de reciprocidade) existente entre os vários atores presentes ao longo da cadeia (rede) de produção e, especificamente, a relação direta entre produtor e o consumidor são algumas características que conformam, em maior ou menor grau, esta singularidade quando comparada com a agroindústria convencional. Este conjunto de características está diferencialmente presente nos diversos produtos produzidos pela agroindústria familiar.

Um dos aspectos em que se assenta a construção da singularidade é a possibilidade de incorporação do atributo “colonial” aos alimentos processados e/ou industrializados pela agroindústria familiar. O atributo colonial chama a atenção do consumidor como um “selo” de qualidade, o que foi evidenciado inclusive numa pesquisa realizada nas cinco das maiores cidades de Santa Catarina, como o nome que melhor representaria o produto das pequenas agroindústrias rurais (OLIVEIRA et al, 2000).

Após apresentação e análise geral das potencialidades da agroindústria familiar é possível evidenciar que a mesma sinaliza para maior grau de sustentabilidade no desenvolvimento territorial já que favorece a diversificação das atividades produtivas agrícolas e não agrícolas, utiliza matérias primas e recursos locais, prioriza a transição para sistemas agroecológicos e empodera os atores sociais e institucionais.

Contudo, a região Oeste catarinense não se constitui num território hegemonicamente configurado pelas redes horizontais de desenvolvimento rural nos termos propostos por Murdoch. Constitui-se assim num espaço emblemático para o estudo das dinâmicas dos sistemas produtivos locais já que coexistem redes verticais e horizontais. Como se dá este relacionamento e as respectivas influências das redes verticais sobre o território são objeto de análise a seguir.

### **3. Agricultores familiares, agroindústrias e desenvolvimento territorial**

Focalizamos na trama das redes como uma tentativa de explicar o encontro das redes verticais e horizontais de desenvolvimento rural através da identificação dos pontos de encontro (nós) da agroindústria convencional com a familiar, no processo continuado de expansão e de estabilização das redes.

Para Marsden, Parrot (2000), a existência destes dois tipos de redes pode ser vista como competição entre duas diferentes formas de governança, qual seja, a da lógica industrial e a ecológica. Tal competição poderia ser analisada em termos de produtos (orgânico ou regional *versus* convencional) ou de forma alternativa, em torno de diferentes modos de organização dentro das cadeias produtivas (governança). Os dois modos de organização interna das cadeias produtivas (redes) são construídos em torno de diferentes noções de qualidade, levando à emergência da competição pelo uso do termo ‘qualidade’. Em cada um deste dois tipos de cadeias produtivas podemos observar o desenvolvimento de diferentes combinações entre ‘natureza’, ‘região’, ‘qualidade’ e ‘valor’ os quais, por sua vez, estabelecem o contexto para a regulação pública e privada das diferentes cadeias de produção.

Contudo, este dualismo no que tange a disputa em termos de qualidade deve ser visto com cuidado quando olhamos para o contexto da região Oeste. Por exemplo, a análise da agroindústria convencional evidencia a transição da mesma na busca de atendimento de padrões de regulação econômica e ambiental globalmente delimitados. Dada a inserção globalizada destas empresas, torna-se necessário a adequação aos padrões de qualidade exigidos pelos mercados externos de carnes e derivados.

Embora as redes verticais (representadas pelas grandes agroindústrias convencionais como atores mundo), assim como as horizontais (representadas pelos promotores das agroindústrias familiares) estejam em processo de transformação, é a ação estratégica da agroindústria convencional que acaba influenciando o padrão de desenvolvimento da agroindústria familiar. Com efeito, as redes verticais de desenvolvimento rural estão mais estabilizadas, embora em permanente transformação, enquanto que as redes horizontais estão em processo de construção. Considerando que uma das propriedades das redes é a possibilidade de agir a distância, é importante assinalar que, por exemplo, as redes verticais

podem estar abrindo espaço de mercado para a expansão e fortalecimento da agroindústria familiar ou, pelo contrário, disputando espaços e recursos do território.

Outra dimensão importante para o desenvolvimento da agroindústria familiar rural é a possível influência do entorno da agroindústria convencional, como o desenvolvimento de um conjunto de segmentos produtores do ramo metal-mecânico e de prestação de serviço para a indústria de carnes. Evidência da importância deste entorno para a região é a realização desde 1996 da Feira Internacional de Processamento e Industrialização da Carne (Mercoagro). Tal entorno produtivo tem sido apontado como um dos fatores condicionante para o reposicionamento da agroindústria convencional na região Oeste catarinense (MIOR, 2005). Dilui desta forma uma preocupação dos anos 90 com a migração das empresas Sadia, Perdigão e Seara para a região Centro Oeste e a possível saída da região de origem (Testa et al, 1996).

Contudo, os contornos da influência do desenvolvimento destes segmentos sobre a agroindústria familiar rural não estão tão evidentes. Ao apoiarem também o surgimento deste segmento agroindustrial os agentes do cluster máquinas, equipamentos e serviços podem contribuir para a perda das características artesanais e coloniais da produção da agroindústria familiar. Este aspecto pode ser visto em maior intensidade na agroindústria familiar de suínos e menos na de leite e cana de açúcar conforme.

Da perspectiva de mercado pode-se ver a Sadia que, num processo de descomoditização, entra no mercado do frango caipira, iniciando a produção e industrialização na região de Dois Vizinhos (PR). A produção de frango caipira é uma atividade que vem se constituindo numa alternativa para a agroindústria de base familiar.

A Sadia passa a adquirir queijo de uma empresa de médio porte da região, que, por sua vez, cresce e incorpora os pequenos produtores familiares de leite. Aliás, a distribuição do queijo e a parceria das diversas agroindústrias com as pizzarias transforma-se num ponto de passagem das diversas redes na região. Não somente laticínios de médio porte tem esse mercado como foco, as agroindústrias familiares da região idem. A empresa Laticínios Cedrense, de fornecedora de queijo (*commodity*) para a Sadia, firma uma “*joint venture*” com empresa italiana<sup>11</sup> para produção de uma especialidade, o queijo Grana Padano, que incorpora algumas características de qualidade superior. Ao mesmo tempo, a empresa Cedrense faz uma parceria com a Cooperativa Regional de Reforma Agrária do Oeste Catarinense (COOPEROESTE) que passa a fornecer serviço industrial para a produção de leite esterilizado (UTH)<sup>12</sup>.

Da mesma forma que faz parceria com o laticínio Cedrense, em 2002 a rede da CooperOeste, também e se associa com a Conaprole<sup>13</sup>, visando ampliar o escopo de sua rede. A CooperOeste, que produz e comercializa o leite sob a marca Terra Viva, começa a processar leite com a Marca Conaprole. A entrada no leite longa vida passa a orientar toda a estratégia de mercado, com lógica da ampliação da escala com vistas à diminuição dos custos de produção, como forma de se manter no mercado.

---

11 A empresa Indústria Gran Padania do Brasil SA, foi implantada aproveitando uma unidade da Cedrense em Guaraciaba na região Extremo Oeste de Santa Catarina.

12 A CooperOeste é uma Cooperativa resultante do processo organizativo do MST no campo da produção. Constituiu uma grande unidade industrial visando a produção de leite esterilizado utilizando a Marca Coletiva Terra Viva.

13

□ Cooperativa Uruguia de produtores de leite com forte atuação na região Sul do Brasil.

Já da perspectiva da Apaco surge a Unidade Central das Agroindústrias Associativas do Oeste Catarinense (UCAF)<sup>14</sup> com o intuito de apoiar o processo de agregação de valor de parte dos agricultores familiares. Pelo lado da UCAF, uma tentativa de ampliar consideravelmente o alcance de sua rede é entrar na rede internacional do comércio justo através do suco de laranja orgânico.

Está claro, contudo, que a geografia destas redes, conforme Whatmore e Thorne (1997) enfatizam, é muito diferente da existente nas redes dominadas pelas grandes cooperações alimentares internacionais. Analisando o caso do café, os autores assinalam que no Comércio Justo a rede é mediada por outro tipo de conectividade. A razão de ser do Comércio Justo do Café e da agência social repousa na mobilização de um modo de conectividade diferente daquele do custo mínimo e do auto-interesse individual presente na teoria econômica neoclássica.

Um exemplo de complementaridade entre as redes pode ser visto no caso da agroindústria familiar de cana-de-açúcar que produz doce à base de melado, utilizado como sobremesa dos trabalhadores na unidade industrial da Sadia, de Chapecó. Embora ocorrendo entre agroindústrias de distintas cadeias, o exemplo é importante porque mostra uma co-existência de distintos padrões de produção e consumo de alimentos.

Além deste tipo de encontro, as redes vêm tendo, de forma mais literal, uma interface em alguns eventos gastronômicos, como na Festa Italiana do município de Concórdia. A utilização de produtos já não se restringe mais aos domínios da Sadia. Verifica-se também que vem crescendo a utilização de produtos oriundos da agroindústria familiar como o *codeguin* (produto derivado de carne suína), o queijo, a ricota e o vinho colonial, que passam a dividir espaço com o salame e outros produtos da agroindústria convencional.

A análise realizada até aqui evidencia a existência de padrões heterogêneos de organização das relações agricultura-agroindústria-território. Nas redes verticais existe uma visível presença de agentes externos à região (conglomerados agroindustriais e a grande distribuição nacional e internacional) imprimindo uma lógica de organização tipicamente industrial nos termos da teoria das convenções de qualidade. Esta lógica de organização teria sua origem no setor da grande distribuição alimentar nacional e, principalmente, internacional, logo, externa ao território regional. Assim, agindo a distância, as redes verticais, através da ação de seu ator-mundo (a grande agroindústria convencional) buscam fixar identidades (produtor empresarial), método de produção (aviários automatizados, climatizados), forma de organização da integração (contrato de parceria na suinocultura) e utilização de tecnologia padronizada internacionalmente (Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC, por exemplo)<sup>15</sup> com o intuito de alcançar a estabilização continuada das respectivas redes.

A situação verificada na região permite afirmar que existe um padrão bastante heterogêneo de produção da matéria-prima e sua transformação industrial nas cadeias alimentares curtas mais local/colonial/artesanal mas não nitidamente ecológico. As experiências rumo à construção de uma convenção de qualidade ecológica, nos moldes propostos por Murdoch et al (2000), ainda estão em

---

14 A Ucaf é uma entidade civil sem fins lucrativos organizada em forma de associação, criada em 16 de novembro de 1999. Pode ser vista como um desdobramento da trajetória histórica de organização da Apaco em que a participação de outros órgãos, como a Epagri, o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais através da FETRAF-SUL, o Programa Pronaf Agroindústria e o programa Desenvolver, foram fundamentais. Tem como finalidade apoiar os agricultores familiares organizados em grupos e proprietários de pequenas agroindústrias. Tem como objetivos unir forças para a prestação de serviços ligados às áreas de produção, gestão, controle de qualidade, marketing e comercialização, buscando oferecer um produto com qualidade, procedência e legalização (UCAF, 2001).

15 Especialmente o APPCC é uma técnica que busca garantir a segurança, sobretudo sanitária, dos alimentos e está crescentemente sendo incorporada pelas grandes empresas dentro da lógica industrial de regulação da qualidade dos alimentos. Este é um dos sistemas exigidos pelos países importadores de carnes da União Européia

processo de constituição, como é o caso da Rede Ucaf que está promovendo a produção agroecológica. Uma dimensão em que agroindústria convencional e a artesanal se distanciam é na forma de relacionamento com o território. Enquanto a primeira se autonomiza ou se desenraiza dos espaços regionais, tendo em vista sua inserção no mercado globalizado, a última se constitui justamente a partir de sua inserção nas redes sociais do território. A mobilização das redes sociais mais amplas, de parentesco, e de amigos, evidencia como a agricultura familiar, através da re-ativação de vínculos sociais, estabelece estratégias para constituir mercados para seus produtos de valor agregado. Também a agroindústria familiar rural tem uma relação mais próxima com os consumidores (feiras livres) e comerciantes (pequeno varejo).

A influência da agroindústria convencional sobre a artesanal tem sido heterogênea nas diferentes cadeias produtivas. Influencia distintamente os produtos e suas cadeias, como vimos nas agroindústrias artesanais de suínos, leite e cana-de-açúcar, tanto na dimensão tecnológica como na sua regulação.

A continuidade da trajetória da agroindústria familiar e suas redes de desenvolvimento rural dependerá da capacidade do território em responder ao desafio de manter e aprimorar esta forma de organização e, ao mesmo tempo, fortalecer a inserção regional em novas cadeias de valor. Se até o momento isto foi possível com a articulação dos atores, hegemonicamente do território, há indicações da necessidade de expansão das redes para além do mercado regional.

Por outro lado eventos recentes como a conquista de Santa Catarina do status de Estado livre de febre aftosa sem vacinação indicam a possibilidade de nova valorização do território para atuação das agroindústrias convencionais. Novos investimentos na produção e industrialização de carne suína e de aves são anunciados pela agroindústria convencional. Uma atuação forte das agroindústrias convencionais na região pode ter igualmente influência nas estratégias dos agricultores familiares, assim como, dos atores regionais.

Do ponto de vista ambiental é importante observar que a problemática dos dejetos de suínos concentre-se em algumas microrregiões do Oeste e ainda não teve solução adequada. Termos de Ajustamento de Conduta têm sido implementados mas sua repercussão ainda está por ser avaliada.

Outro desdobramento regional está na repercussão da expansão da produção leiteira no território que desperta interesse das empresas multinacionais de laticínios. Quadro que sinaliza também para a transformação da região Oeste catarinense num território produtor de leite no sistema convencional de produção. Estima-se repercussão sobre a trajetória da produção familiar de leite. Espera-se uma influência crescente das formas de produção industriais sobre as características artesanais da agroindústria familiar de leite e sua estratégia tecnológica e organizacional de agregação de valor. Esta influência poderá vir a dificultar a continuidade da trajetória singular da agroindústria familiar.

#### **4. Considerações finais**

A utilização do referencial das redes nos permitiu vislumbrar os distintos processos constituintes dos sistemas agroalimentares localizados numa região predominantemente agrícola. Estes diferentes padrões de articulação - agricultura, agroindústria e território – refletem um processo heterogêneo de transição onde co-existem padrões estandarizados internacionalmente de organização da produção e consumo alimentar, assim como padrões diferenciados associados à tradição e culturas alimentares locais. Assiste-se a um processo de co-evolução, com predominância, embora variável por cadeia, das redes verticais.

Mais recentemente pode-se evidenciar movimentos de reposicionamento da agroindústria convencional, na direção de novos investimentos na região, o que pode indicar novas pressões por maior intensificação dos recursos naturais e sociais do território. O sistema agroalimentar regional estará sofrendo novas rodadas de desenvolvimento desigual, o que implicará em novos desafios para a construção de sustentabilidade territorial. Portanto, a co-existência destas distintas redes estará condicionada ao desenvolvimento e consolidação da agroindústria familiar e suas redes horizontais de desenvolvimento rural.

Seguindo Courlet 1993, somos forçados a admitir que a eficácia dos sistemas industriais localizados,

para não dizer sua existência, não se deve unicamente a virtudes endógenas, mas deve ser ligada ao tipo de sistema político-econômico nacional e às políticas públicas que daí decorrem. Há nesta perspectiva um grande desafio para as políticas públicas de desenvolvimento territorial sustentável. A partir do caso do Oeste catarinense pode-se inferir que sua sustentabilidade dependerá da continuidade e fortalecimento das redes horizontais assim como de uma maior presença de políticas públicas de apoio a estes novos arranjos entre a agricultura familiar, os processos de agregação de valor e o território.

A análise e a promoção do desenvolvimento territorial, sobretudo em regiões rurais, continuam a desafiar os pesquisadores assim como os seus promotores - agências públicas de desenvolvimento e agentes sociais e institucionais locais e regionais-. A utilização da noção de rede para a análise do Oeste catarinense possibilita argumentar que é necessário prestar atenção aos processos locais de criação e expansão das redes sociais que estão na base da construção de estratégias alternativas de inserção sócio-econômica e, potencialmente, de sustentabilidade no desenvolvimento.

## 5. Referências bibliográficas

- APACO. **Programa trienal de assessoria à cooperação e ao desenvolvimento sustentável no Oeste Catarinense**. Chapecó, 1995. mimeo, 22 p.
- BELATTO, D. **Os Camponeses Integrados**. Dissertação de mestrado, Campinas, 1985.
- CALLON, M. Tecno-economic networks and irreversibility. In: LAW, J. (ed) **A Sociology of Mosters: Essays on Power, Tecnology and Domination**. Routledge, London, 1991.
- CAMPOS, Í. **Os Colonos do Rio Uruguai**. Dissertação de Mestrado, Campina Grande - PB, UFPB, 1987.
- CASTELLS, M. **The Rise of the Network Society**. Blackwell, Oxford. 1996.
- COURLET, CLAUDE. Novas dinâmicas de desenvolvimento e sistemas industriais localizados (SIL). Ensaio FEE, Porto Alegre, 14 (1)9-25, 1993
- FAO/INCRA. **Diretrizes de Política Agrária e Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 1994. 24p.
- FRIDLAND, W.; BARTON, A.; THOMAS, R. **Manufacturing green gold**. Cambridge Univ. Press, New York, 1981.
- GRAZIANO DA SILVA, J. et al. Tecnologia e Campesinato: o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 3 n° 4, 1983.
- GUIVANT, J. Conflitos e negociações das políticas de controle ambiental: o caso da suinocultura em Santa Catarina. **Ambiente e Sociedade**, Ano I, n° 2, 1998. p. 101-123
- A Comparative Gender Perspective Of Family Farming And Agrarian Reform Settlements In Brazil. **Relatório de pesquisa preparado para UNRISD Project on agrarian Change, Gender and Land Rights. 2001: 61pp.**
- Agrarian Change, Gender and Land Rights: a Brazilian case study. **Social Policy and Development Programme Paper**. Genebra: UNRISD, n.14, p.1 - 51, 2003.
- GUIVANT, J.; MIRANDA, C. As duas faces de Jano: agroindústrias e agricultura familiar diante da questão ambiental. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília:Embrapa, v. 16, n.3 set/dez. 1999.
- IBGE. **Censos Agropecuários de Santa Catarina**. 1975, 1985, 1995/96.
- \_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro, 2001. Disponível em <http://ibge.gov.br> . Acesso em 20/05/2003.
- JANVRY, A de. **The agrarian question and reformism in Latin América**. John Hopkins University. Press. Baltimore. 1981.
- LATOUR, B. **Science in Action. How to follow scientists and engineers through society**. Cambridge Massachusetts: Harvard University Press. 1987.
- LOWE, P.; MURDOCH, J.; WARD, N. **Networks in Rural Development**: Beyond exogenous and endogenous models. Centre for Rural Economy – University of Newcastle upon Tyne, 1995.
- MARSDEN, T. LOWE, P.; WHATMORE, S. (eds) **Rural Restruturing**: global processes and their responses, (critical perspectives on rural change). Londres, David Fulton Publishes, 1990.

- MARSDEN, T, PARROTT, N. **Food Governance: Co-Evolution or Incorporation of New Food Supply Chains**. Paper in Environmental Planning Research 19. Department of City and Regional Planning RESEARCH. Cardiff University, 2000.
- MIOR, L.C. Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural. Chapecó, Unochapecó, Editora Argos, 2005, 338p
- MIOR, L.C. & GUIVANT, J.S. Redes sócio-técnicas: uma nova abordagem para o estudo dos processos de mudança social e desenvolvimento rural\*, In: “Desenvolvimento e conflitos no ambiente rural” organizado por Julia Guivant, Luiz F.Scheibe e Selvino Assmann 2004
- MURDOCH, J. Networks – a new paradigm of rural development? **Journal of Rural Studies** n. 16, 2000, p. 407-419.
- OLIVEIRA, J.A.V.DE, SCHMIDT, V.D.B & SCHMIDT, W. “Avaliação do Potencial da Indústria de Pequeno Porte (IRPP) em Santa Catarina. 2a Edição, Revista e Ampliada. Epagri, UFSC, Cepagro e Embrapa. 2000, 94p.
- PLOEG, J.D. van der, et al. Rural Development: From Practices and Policies towards Theory. **Sociologia Ruralis**. v. 40, nº 4, October 2000. p. 391-408.
- ROEST, K. DE & MENGHI, A Reconsidering ‘Tradicional’ Food: The Case of Parmigiano Reggiano Cheese. **Sociologia Ruralis**, v. 40, nº 4. 2000. p. 439-451.
- SILVESTRO, M. L.; ABRAMOVAY, R.; MELLO, M.A.de.; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Os impasses sociais da Sucessão Hereditária na Agricultura familiar**. Brasília, NEAD/Epagri, 2001.122p.
- SORJ, B.; WILKINSON, J. Processos Sociais e Formas de Produção na Agricultura Brasileira. In: SORJ, B.; ALMEIDA (orgs). **Sociedade e Política no Brasil, pós-64**. São Paulo Brasiliense, 1983.
- TESTA, V.M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense**: Proposta para discussão. Florianópolis, Epagri, 1996. 247p.
- WHATMORE, S.; THORNE, L. Nourishing networks: Alternative geographies of food. In: GOODMAN; WATTS. **Globalising food: agrarian questions and global restructuring**. London and New York, 1997.
- WILKINSON, J.; MIOR, L.C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**. nº 13, 1999, p. 29-45.